



DISCUSSÃO PÚBLICA

Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para a Subdivisão dos Açores

Sessão pública de esclarecimento • 21 de fevereiro de 2024

O ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO

- ✓ Processo público de planeamento da **distribuição espacial e temporal das atividades humanas no mar**, para a concretização de **objetivos ambientais, económicos e sociais**.
- ✓ Processo **estratégico e adaptativo** de longo prazo, em **contínua atualização**, em resposta a alterações ambientais e à evolução do conhecimento e dos usos humanos.



QUADRO LEGAL



Legislação comunitária

Diretiva 2014/89/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, 23/07/2014

Estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo, para promover o crescimento sustentável das economias marítimas, o desenvolvimento sustentável das zonas marinhas e a utilização sustentável dos recursos.



Legislação nacional

Lei nº 17/2014, 10/04/2014

Estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional (LBOGEM). Alterada pela Lei nº 1/2021, de 11/01/2021 e pelo ATC nº 484/2022, de 21/09/2022.

Decreto-Lei nº 38/2015, 12/03/2015

Desenvolve a LBOGEM; alterado pelos Decretos-Leis nº 139/2015, de 30/07/2015 e 26/2023, de 10/04/2023.

Resolução do Conselho de Ministros nº 203-A/2019, 30/12/2019

Aprova o Plano de Situação para as subdivisões Continente, Madeira e Plataforma Continental Estendida.

Despacho nº 11494/2015, de 14/10/2015 & Despacho nº 3392/2023, de 15/03/2023



Legislação regional

Resolução do Conselho do Governo nº 47/2017, 26/05/2017

Cria a Comissão Interdepartamental para os Assuntos do Mar dos Açores (CIAMA), uma estrutura de natureza consultiva que avalia e acompanha o processo de OEMA e o desenvolvimento e execução dos seus instrumentos.

USO COMUM VS PRIVATIVO



» Regra geral, o espaço marítimo é de **uso e fruição comum**.



» **Utilização privativa** é a reserva de uma área/ volume para um aproveitamento do meio marinho superior ao obtido por utilização comum e que resulte em vantagem para o interesse público.



» É necessária a emissão de **Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo (TUPEM)**.



» O TUPEM só pode ser emitido se o uso estiver **previsto como potencial** no Plano de Situação ou após aprovação de Plano de Afetação.



plano de situação



planos de afetação

- ✓ Representa a distribuição **espacial e temporal** dos usos e atividades, **existentes e futuros**.
- ✓ Identifica os **valores naturais e culturais**.
- ✓ **Documento único**, abrange todo o espaço marítimo.
- ✓ Pode ser elaborado **faseadamente**.
- ✓ Sujeito a **Avaliação Ambiental Estratégica**.

- ✓ Instrumentos **complementares**, para casos não previstos.
- ✓ **Afetam** áreas a usos e atividades não identificados.
- ✓ Automaticamente integrados no Plano de Situação.
- ✓ Elaborados por **iniciativa pública** ou a pedido do **interessado**.
- ✓ Sujeitos a **avaliação ambiental** ou **avaliação de impacto ambiental**.



**Metodologia comum e
visão conjunta.**

**Único procedimento de
Avaliação Ambiental
Estratégica.**

ENTIDADES COMPETENTES

Subdivisão Açores: **DRPM**



Subdivisão Madeira: **DRM**



Coordenação nacional
Subdivisão Continente & Plataforma
Continental Estendida: **DGRM**

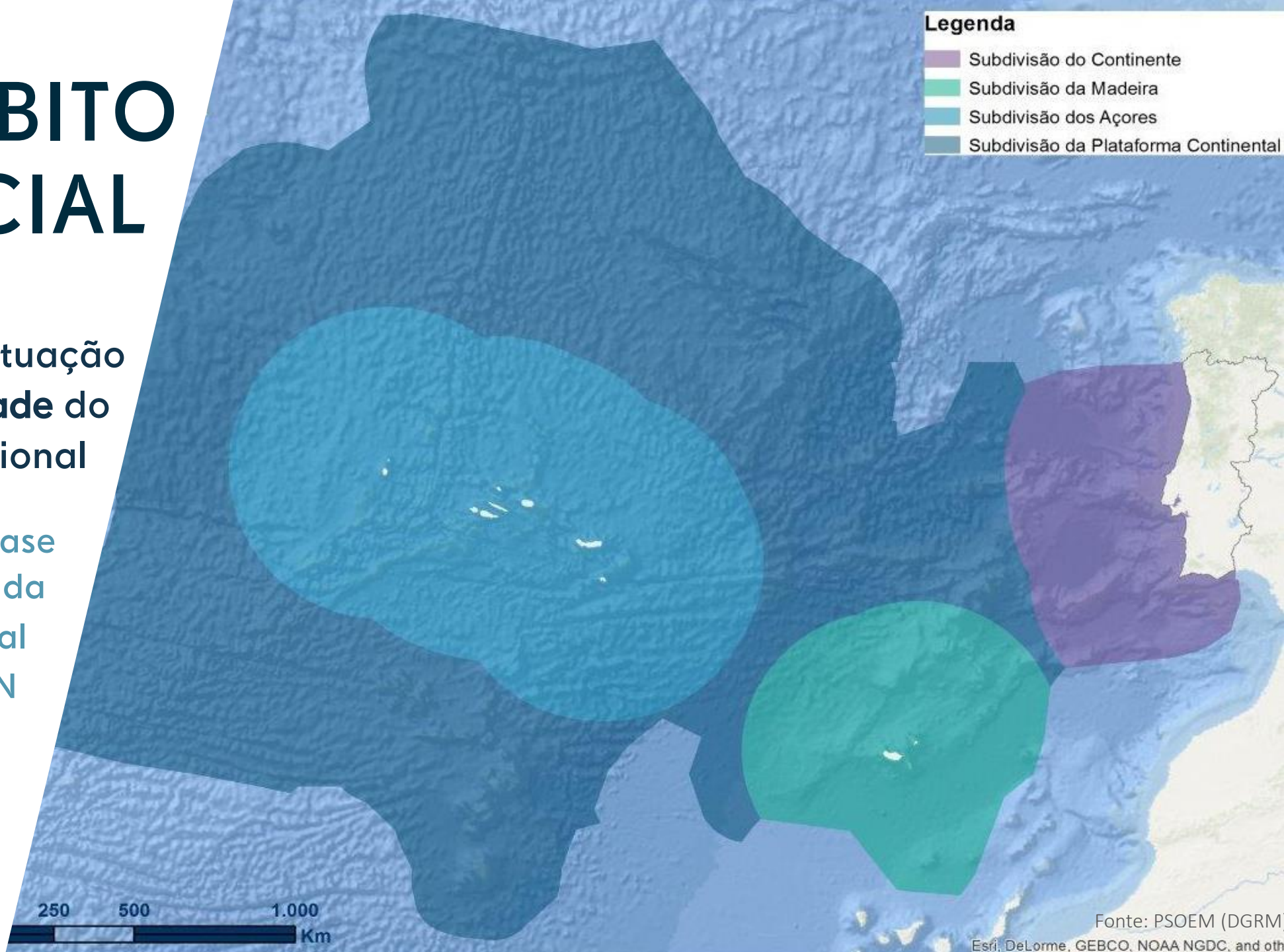


ÂMBITO ESPACIAL

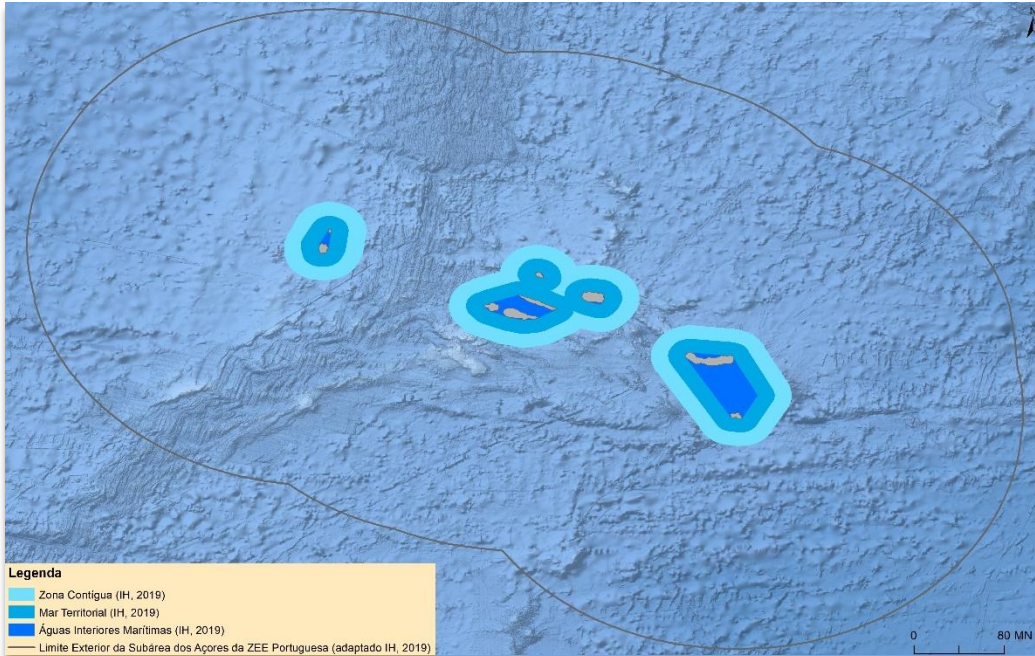
O Plano de Situação abrange a **totalidade** do espaço marítimo nacional

desde as linhas de base até ao limite exterior da plataforma continental para além das 200 MN

exceto áreas sob jurisdição portuária



PSOEM-AÇORES



Zona do espaço marítimo nacional **adjacente ao arquipélago dos Açores**, compreendida entre as linhas de base e o limite exterior da plataforma continental até às 200 mn.



UNIDADES FUNCIONAIS

ÁGUAS INTERIORES MARÍTIMAS & MAR TERRITORIAL

SUBÁREA AÇORES - ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA PT

PLATAFORMA CONTINENTAL ATÉ ÀS 200 MN

DOCUMENTOS

VOLUMES DO PLANO DE SITUAÇÃO

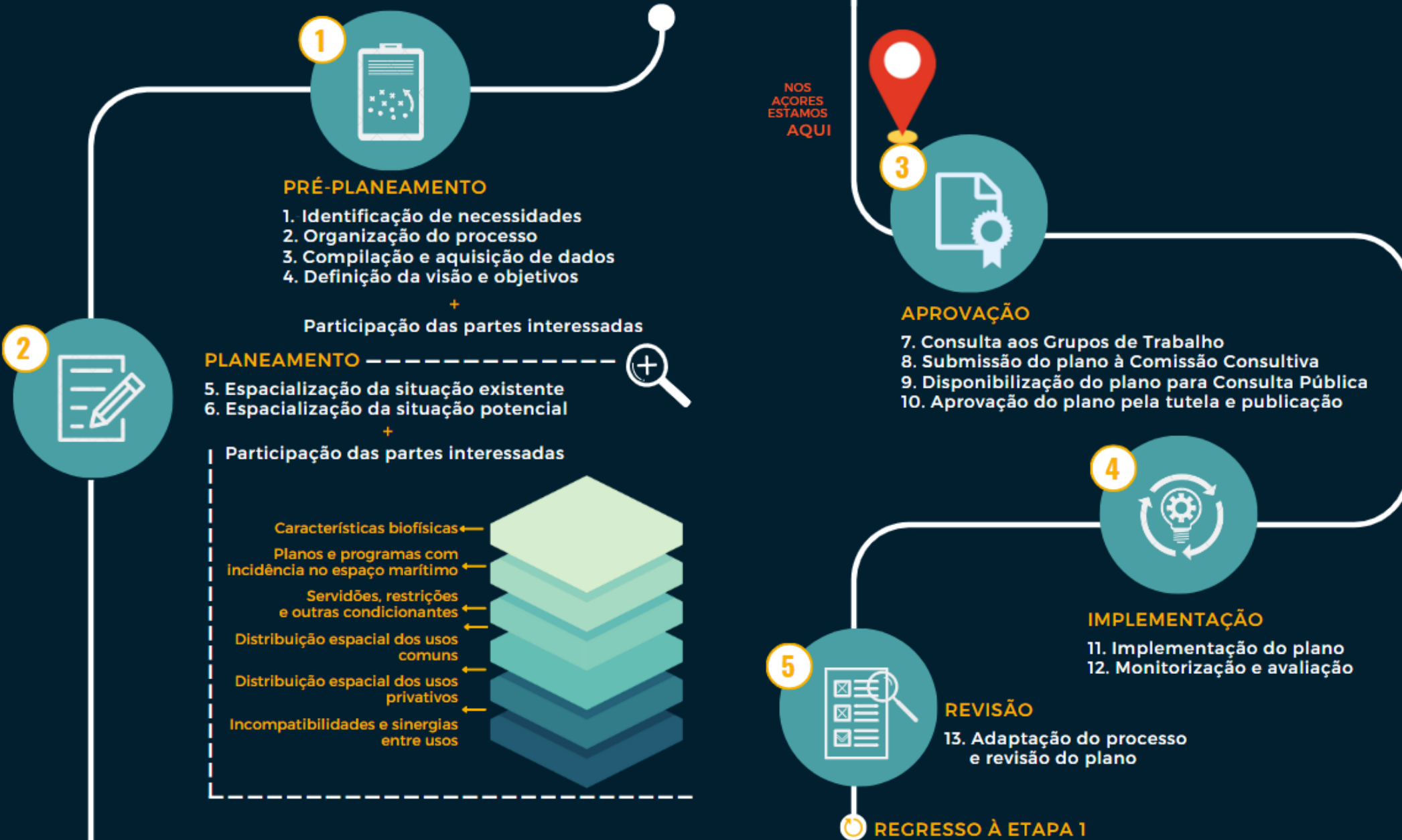
- » VOLUME I
Enquadramento, Estrutura e Dinâmica <Adenda>
- » VOLUME II
Metodologia Geral: Servidões, Usos e Atividades <Adenda>
- » VOLUME III <Volume III-A>
Espacialização de Servidões, Usos e Atividades, por Subdivisão <Açores>

VOLUMES QUE ACOMPANHAM O PLANO DE SITUAÇÃO

- » VOLUME IV <Volume IV-A>
Relatório de Caracterização, por Subdivisão <Açores>
- » VOLUME V
Relatório Ambiental <Adenda>
- » VOLUME VI
Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental <Adenda>



ETAPAS



Direito à informação
e direito de
participação
(art.ºs 7.º e 8.º do
DL n.º 38/2015)

810+

stakeholders regionais identificados
e convidados a participar



209

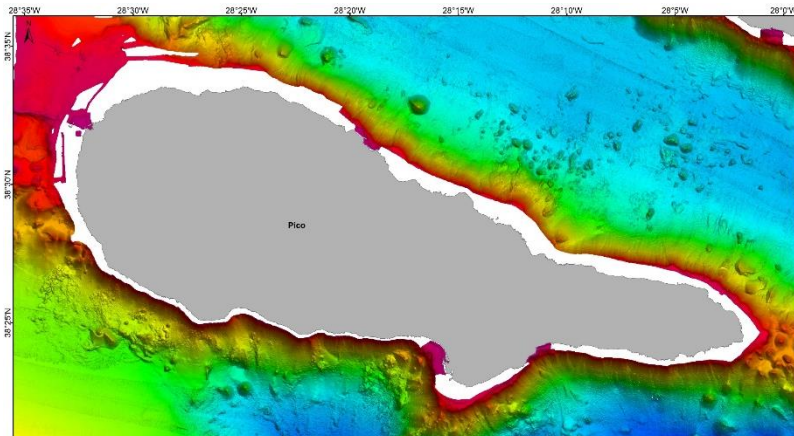
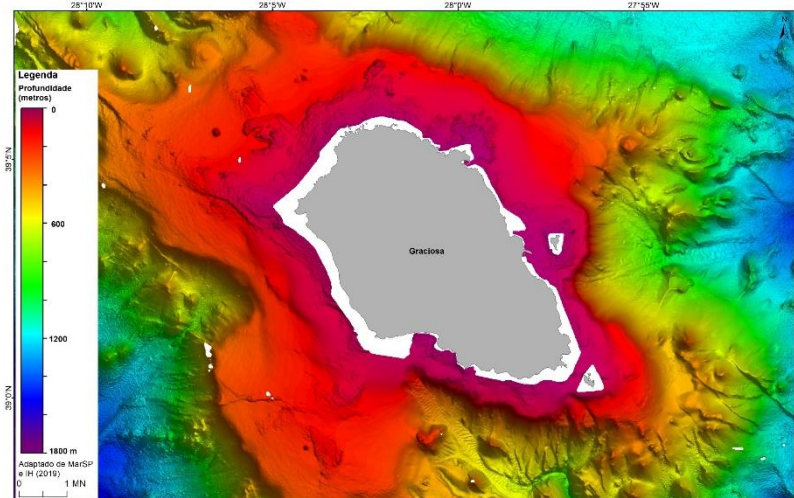
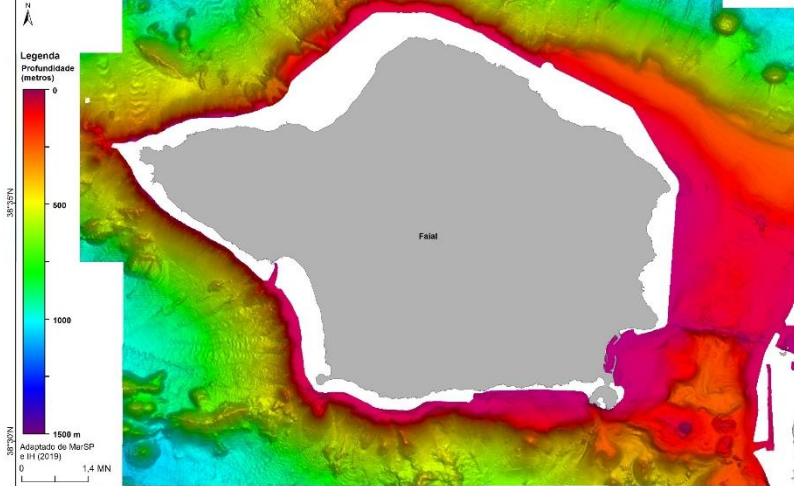
participantes em **9** workshops
de envolvimento de stakeholders
(São Miguel, Terceira, Faial)

139

entrevistas setoriais a
utilizadores do mar por
todo o arquipélago

PARTICIPAÇÃO

INFORMAÇÃO # GEOGRÁFICA



Peças escritas acompanhadas dos elementos gráficos.



Desmaterialização da cartografia com recurso a Sistemas de Informação Geográfica (Geoportais PSOEM e SIGMAR-Açores).



Disponibilização online da cartografia, em frequente atualização (repositório físico e histórico digital de alterações).



- ✓ **Áreas marinhas protegidas**
- ✓ **Rede Natura 2000**
- ✓ **Reserva Ecológica Nacional**
- ✓ **Património cultural subaquático**
- ✓ **Planos de Ordenamento de Orla Costeira**
- ✓ **Zonas balneares/ Áreas de Aptidão Balnear**
- ✓ **Portos, marinas e núcleos de recreio náutico**
- ✓ **Navegação e segurança marítima** (Assinalamento marítimo; Perigos à navegação; Áreas de pilotagem obrigatória; Região de busca e salvamento marítimo; Fundeadouros)
- ✓ **Servidões militares** (BA4; Áreas de exercícios militares)
- ✓ **Servidões aeronáuticas**
- ✓ **Cabos submarinos**
- ✓ **Emissários submarinos**
- ✓ **Equipamentos e infraestruturas para investigação científica e monitorização ambiental**
- ✓ **Estruturas de defesa costeira**
- ✓ **Áreas de utilidade como manchas de empréstimo**
- ✓ **Áreas de relevo para a proteção do património natural biológico, geológico e paisagístico** (Reserva voluntária; Geossítios; Paleoparque; Maerl; Fontes hidrotermais)
- ✓ **Áreas de salvaguarda aos locais de descarga de águas residuais**

CONDICIONANTES

CONDICIONANTES

EXEMPLOS

Características da condicionante

Relação com o OEM

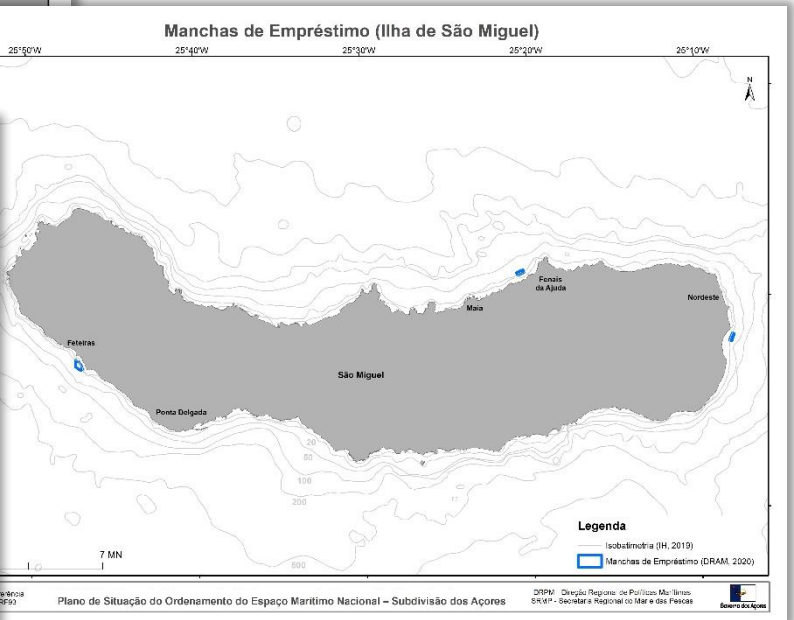
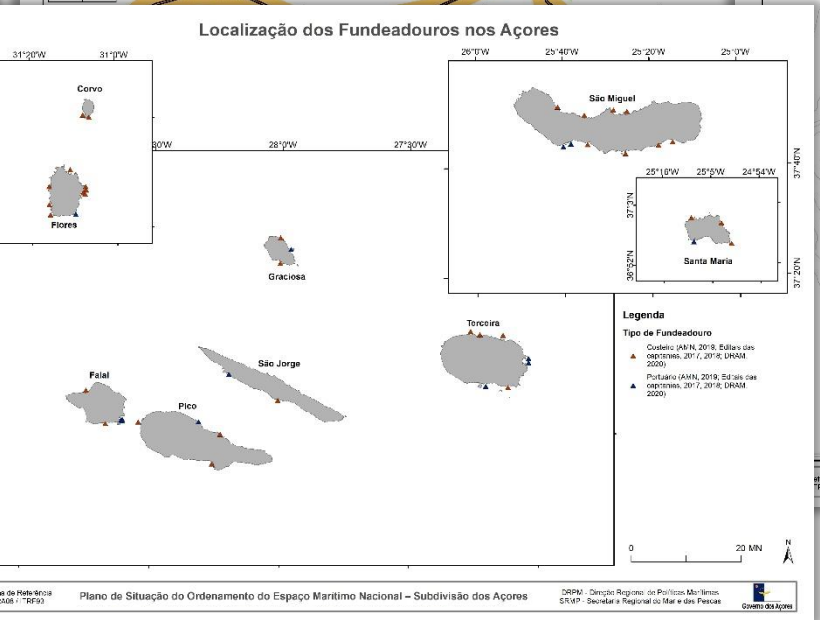
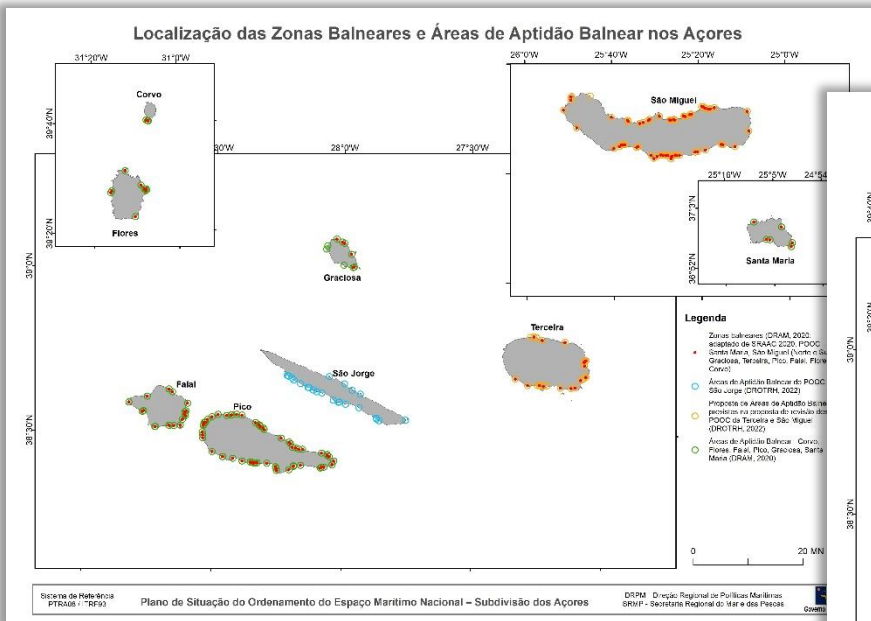
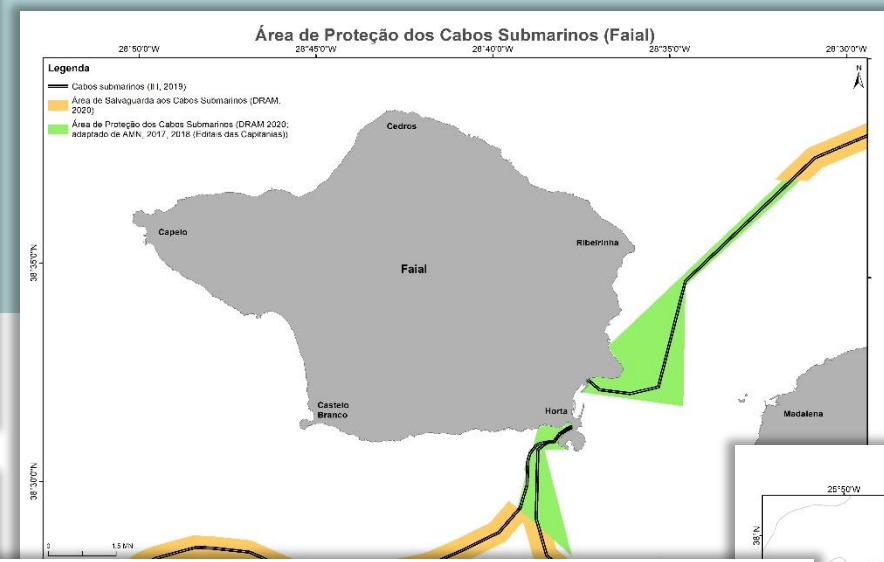
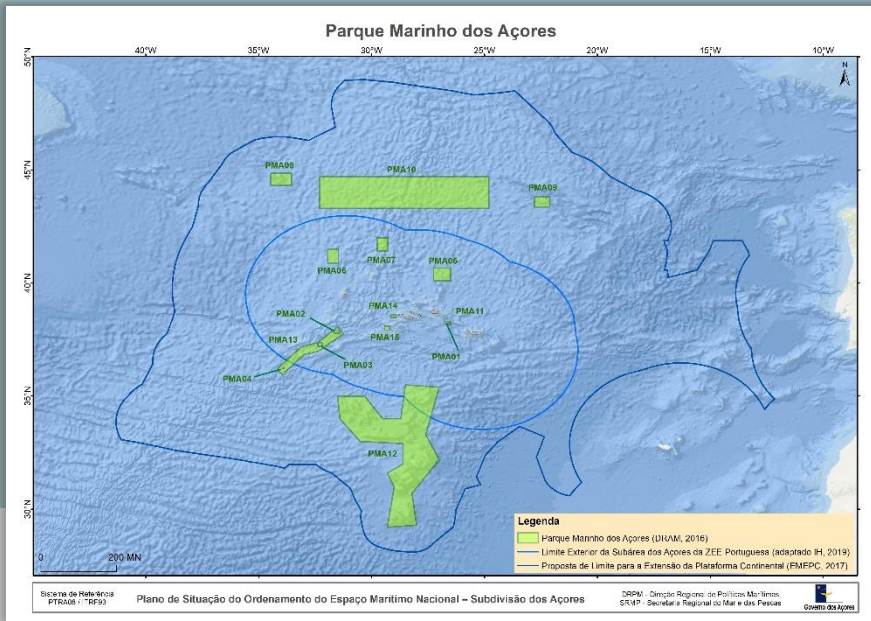
Compatibilidade de usos

Cartografia

Ações, atos, usos e atividades	Regime aplicável	AMP (código PNI)*
Acesso ao cone litoral/ pseudocratera existente na fajã lávica	●	SMG23
Livre acesso do público e de embarcações	●	FAI01
Navegação com embarcações, salvo quando destinadas a operações de socorro, salvamento ou no âmbito de atividades de investigação científica ou monitorização do estado de qualidade da água	●	SMG21
Navegação com embarcações motorizadas no interior da cratera, exceto se decorrentes da prática de atividades devidamente autorizadas ou concessionadas	●	SMG06
Imobilização de embarcações de recreio	●	SMG06
Acostagem de quaisquer tipos de embarcações, o desembarque e permanência, exceto quando destinadas a operações de salvamento e socorro	●	GRA07 GRA08
	●	SMA02 GRA01 ² GRA02 ³
Acostagem de embarcações no molhe do ilhéu	●	SMG06 SMG19
Fundeio	●	GRA02

Utilizações previstas no PSOEMA		Manchas de empréstimo	
Utilização privativa	Aquicultura	●	
	Pesca quando associada a infraestrutura	●	
	Recursos minerais não metálicos	●	
	Recursos minerais metálicos	*	
	Energias renováveis	●	
	Cabos, ductos e emissários submarinos	●	
	Portos e marinas	●	
	Investigação científica	●	
	Biotecnologia marinha	Bioprospeção	●
		Cultura marinha	●
	Recreio, desporto e turismo	●	
	Património cultural subaquático	●	
	Afundamento de navios e outras estruturas	●	
	Plataformas multiusos e estruturas flutuantes	●	
	Imersão de dragados	●	
Recursos energéticos fósseis	*		
Armazenamento geológico de carbono	*		
Utilização comum	Recreio, desporto e turismo	Passeios	●
		Observação de cetáceos	●
		Mergulho	●
		Pesca turística	●
		Pesca-turismo	●
	Turismo de cruzeiros	●	
	Animação turística (<i>coasteering; canyoning</i>)	●	
Náutica de recreio	●		
Pesca lúdica	●		

CONDICIONANTES # EXEMPLOS





UTILIZAÇÃO # COMUM

- ✓ Turismo, recreio e desporto *
- ✓ Pesca *
- ✓ Investigação científica *
- ✓ Navegação e transportes marítimos

- ✓ Ficha 1A – Aquicultura e pesca associada a infraestruturas
- ✓ Ficha 2A – Biotecnologia marinha
- ✓ Ficha 3A – Recursos minerais metálicos
- ✓ Ficha 4A – Recursos minerais não metálicos
- ✓ Ficha 5A – Recursos energéticos fósseis
- ✓ Ficha 6A – Energias renováveis
- ✓ Ficha 7A – Cabos, ductos e emissários submarinos
- ✓ Ficha 8A – Plataformas multiusos e estruturas flutuantes
- ✓ Ficha 9A – Investigação científica
- ✓ Ficha 10A – Recreio, desporto e turismo
- ✓ Ficha 11A – Património cultural subaquático
- ✓ Ficha 12A – Imersão de dragados
- ✓ Ficha 13A – Afundamento de navios e outras estruturas
- ✓ Ficha 14A – Armazenamento geológico de carbono
- ✓ Ficha 15A – Portos e marinas

UTILIZAÇÃO # PRIVATIVA

CARACTERIZAÇÃO DOS USOS

Caracterização do setor

Quadro legal, ligação ao OEM, instrumentos, entidades competentes, condicionantes

Espacialização da situação existente e da situação potencial (usos privativos)

Espacialização do setor (usos comuns)

Análise SWOT

Interações com outros setores, compatibilização de usos, multiusos

Interações terra-mar

Interações com o ambiente

Fatores de mudança, boas práticas, ligações úteis

CARACTERIZAÇÃO DOS USOS

EXEMPLOS

Interações setor-setor			Aquicultura		
			Conflito	Sinergia	
Utilização privada	Aquicultura		-	-	
	Pesca quando associada a infraestrutura		●	●	
	Recursos minerais não metálicos		●		
	Recursos minerais metálicos		●		
	Energias renováveis		●	●	
	Cabos, ductos e emissários submarinos		●	●	
	Portos e marinas		●	●	
	Investigação científica		●		
	Biotecnologia marinha	Bioprospeção	●	●	
		Cultura marinha	●	●	
	Recreio, desporto e turismo		●	●	
	Património cultural subaquático		●		
	Afundamento de navios e outras estruturas		●		
	Plataformas multiusos e estruturas flutuantes		●	●	
	Imersão de dragados		●		
	Recursos energéticos fósseis		●		
	Armazenamento geológico de carbono		●		
Utilização comum	Atividade marítimo-turística	Passeios	●	●	
		Observação de cetáceos	●		
		Mergulho	●	●	
		Pesca turística	●	●	
		Pesca-turismo	●		
	Recreio, desporto e turismo	Turismo de cruzeiros		●	
		Animação turística (<i>coasteering; canyoning</i>)		●	
		Náutica de recreio		●	
		Pesca lúdica		●	●
		Utilização balnear		●	
		Atividades desportivas		●	
		Atividades desportivas motorizadas/com embarcação		●	
		Pesca comercial		●	●
	Investigação científica		●	●	
Navegação e transportes marítimos		●			

Interações com outros setores, compatibilização de usos, multiusos

● : Conflito elevado; ● : Conflito moderado; ● : Conflito baixo
 ● : Sinergia elevada; ● : Sinergia moderada; ● : Sinergia baixa
 ○ : Sem conflito/sinergia

Interações terra-mar			Recursos Minerais Não Metálicos	
			Conflito	Sinergia
Áreas indispensáveis à utilização sustentável da orla costeira	Áreas de especial interesse natural, cultural e paisagístico*	Áreas protegidas – componente marinha	ⓔ ⓐ Ⓢ	
		Áreas protegidas – componente terrestre	ⓔ ⓐ	
	Áreas naturais e culturais		ⓔ ⓐ Ⓢ	
	Áreas de aptidão balnear		ⓔ ⓐ	
Áreas edificadas em zonas de risco		ⓐ		
Áreas de proteção à orla costeira	Áreas edificadas			
	Áreas agrícolas, florestais e outros usos			
	Áreas de vocação turística/recreativa		ⓐ Ⓢ	
Infraestruturas	Aeroportuárias		ⓔ	
	Viárias			
	Obras de defesa costeira		ⓔ ⓐ	
	Portos		ⓔ	ⓔ Ⓢ
	Marinas e núcleos de recreio náutico		ⓔ Ⓢ	ⓔ Ⓢ
	Rede de drenagem de águas residuais (inclui emissários submarinos)		ⓔ	
	Rede elétrica			
	Rede de telecomunicações		ⓔ	
	Gasodutos e oleodutos		ⓔ	

Interações terra-mar

ⓔ : critério espacial; ⓐ : critério ambiental; Ⓢ : critério socioeconómico
 ● : Conflito elevado; ● : Conflito moderado; ● : Conflito baixo
 ● : Sinergia elevada; ● : Sinergia moderada; ● : Sinergia baixa
 ○ : Sem conflito/sinergia

CARACTERIZAÇÃO DOS USOS # EXEMPLOS

Captura e Armazenamento Geológico de Carbono		
Fatores de mudança	Tendência	Pressões
Alterações climáticas	↗	<p>» Com a intensificação dos efeitos das alterações climáticas e a aplicação de medidas preventivas e de mitigação resultantes das estratégias, de âmbito internacional, comunitário e nacional, de combate às alterações climáticas, é expectável que a CCS represente cada vez mais uma alternativa possível enquanto tecnologia de transição que contribuirá para atenuar as alterações climáticas.</p> <p>» O potencial contributo da CCS para a mitigação e estabilização global das concentrações de GEE, a longo prazo, carece ainda de avaliação pela implementação de projetos a larga escala, incluindo oportunidades para aplicação a fontes de biomassa de CO₂ e de sinergias com outras opções de mitigação.</p>
Proteção e conservação da biodiversidade e dos recursos marinhos	↗	<p>» Crescentes exigências ao nível da avaliação de impacte ambiental e do risco de atividades em espaço marítimo para o ambiente e saúde humana, que implicarão a avaliação de cenários possíveis face às características do projeto, bem como a instauração de medidas preventivas, a definição de processos de monitorização e de ações de correção e/ou contingência.</p> <p>» O aumento da área, número e nível de proteção de Áreas Marinhas Protegidas (AMP), bem como a crescente exigência das medidas de conservação da natureza e da biodiversidade poderão vir reduzir o espaço disponível para a instalação de projetos de CCS.</p>
Alterações demográficas	↘	<p>» Apesar do declínio demográfico na RAA, prevê-se o aumento do número de turistas. As projeções demográficas e de crescimento de área urbana, aliadas ao crescimento do turismo, podem implicar cenários de maior contributo para as emissões de GEE, que poderão traduzir-se numa reavaliação das estratégias de mitigação das alterações climáticas atualmente em vigor no PRAC, incluindo a ponderação de tecnologias de CCS.</p>
Políticas de Crescimento Azul	↗	<p>» O aumento do investimento nos setores-chave do crescimento azul, a migração das políticas comunitárias em prol de uma economia azul sustentável e a diversificação de atividades a operar no espaço marítimo poderá traduzir-se numa maior competição pelo uso do espaço marítimo, aliada a restrições espaciais resultantes das crescentes pressões ambientais.</p>
Inovação e investigação científica e tecnológica	↗	<p>» Embora as tecnologias para a captura de CO₂ sejam relativamente bem compreendidas, em resultado da experiência adquirida com o conhecimento da indústria de exploração de petróleo e gás natural, é necessária a integração dos processos de captura, transporte e armazenamento em projetos em grande escala.</p> <p>» Novos desenvolvimentos em investigação, desenvolvimento e inovação (ID&I) são necessários para colmatar as limitações da CCS, quer na esfera da amplitude da sua aplicabilidade tecnológica, quer temporal, com a possibilidade de se demonstrarem, no futuro, desadequadas a um paradigma de industrialização, serviços e consumo que seja sustentado exclusivamente em fontes de energia renovável e suportado por processos produtivos e transformadores de energia de elevada eficiência.</p>

Fatores de mudança, boas práticas, ligações úteis

Interações com o ambiente	Imersão de dragados	
	Negativa	Positiva
D1 - Biodiversidade	●	
D2 – Espécies não-indígenas introduzidas	●	
D3 – Peixes e moluscos explorados para fins comerciais	●	
D4 – Teias tróficas	●	
D5 – Eutrofização antropogénica	●	
D6 – Integridade dos fundos marinhos	●	
D7 – Condições hidrográficas	●	
D8 – Contaminantes no meio marinho	●	
D9 – Contaminantes em espécies comerciais	●	
D10 – Lixo marinho	●	
D11 – Ruído	●	

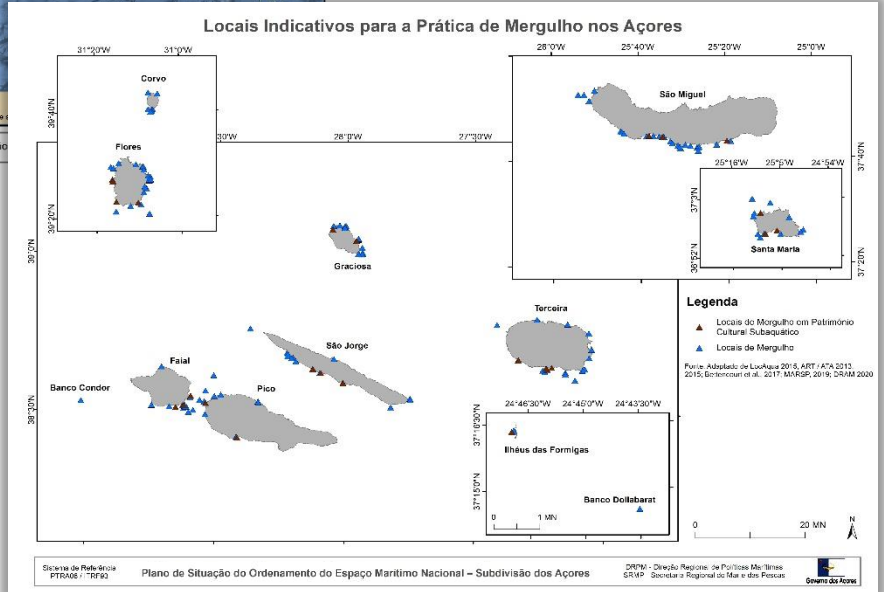
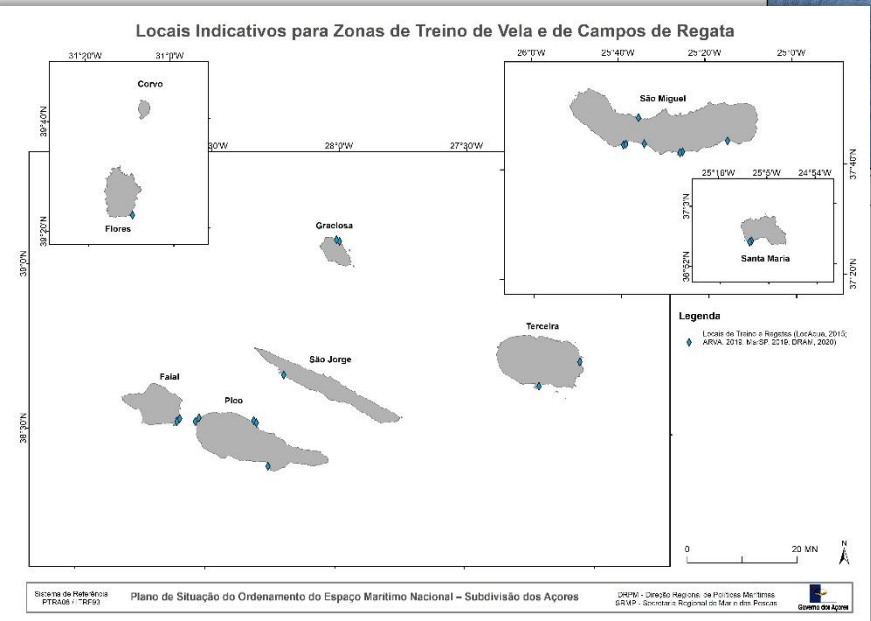
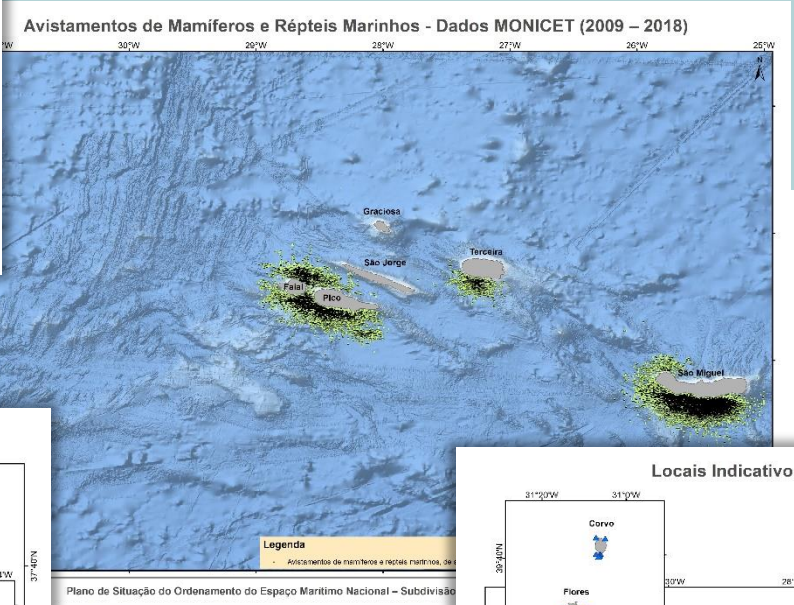
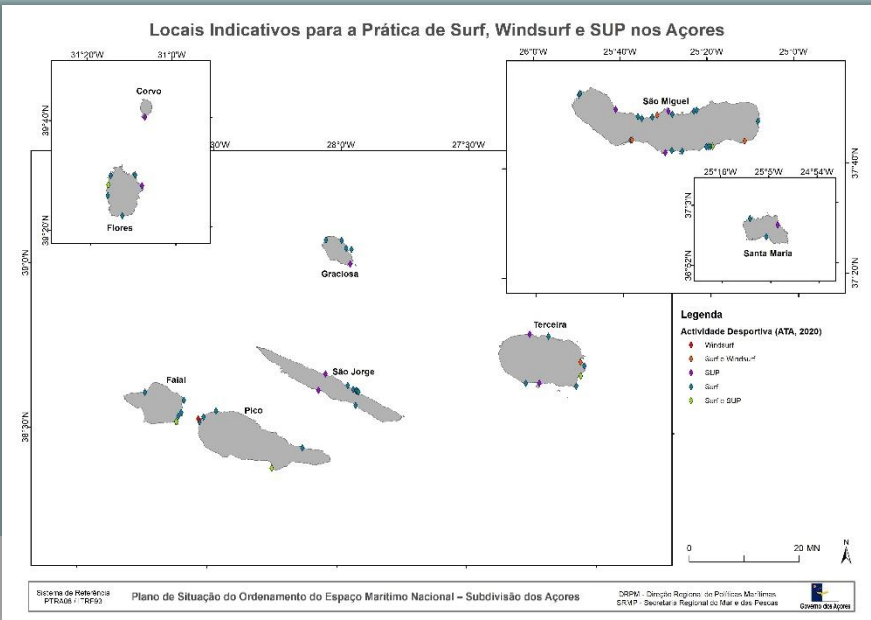
- : Interação negativa elevada; ●: Interação negativa moderada; ●: Interação negativa baixa
- : Interação positiva elevada; ●: Interação positiva moderada; ●: Interação positiva baixa
- : Sem Interação negativa/positiva

Interações com o ambiente

USO COMUM

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

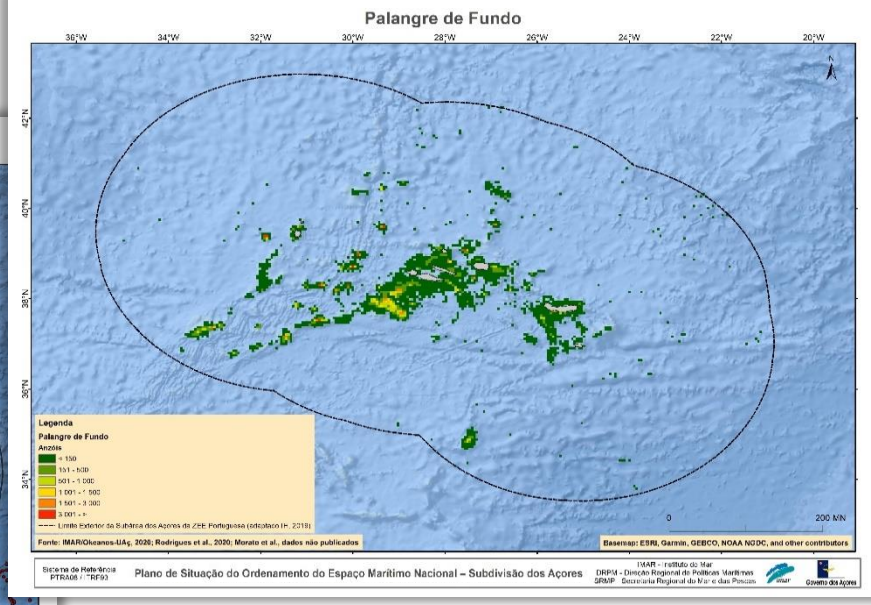
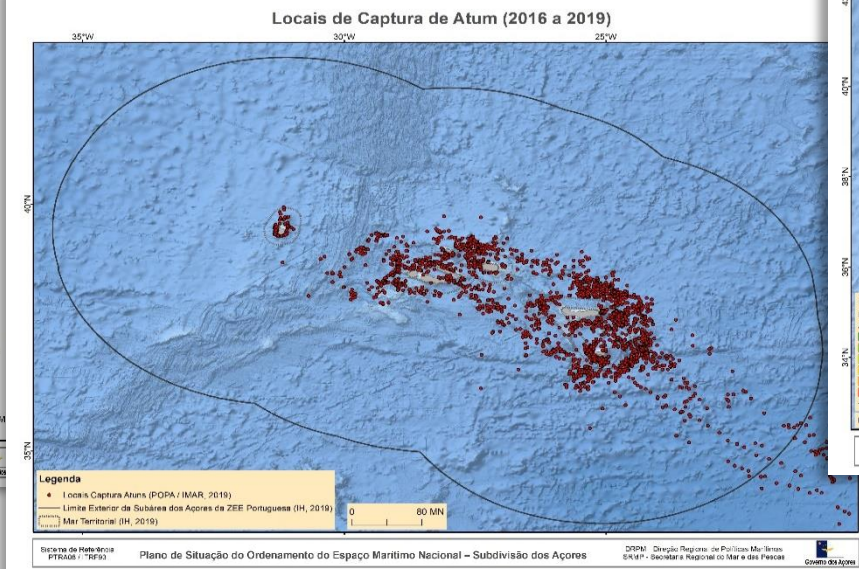
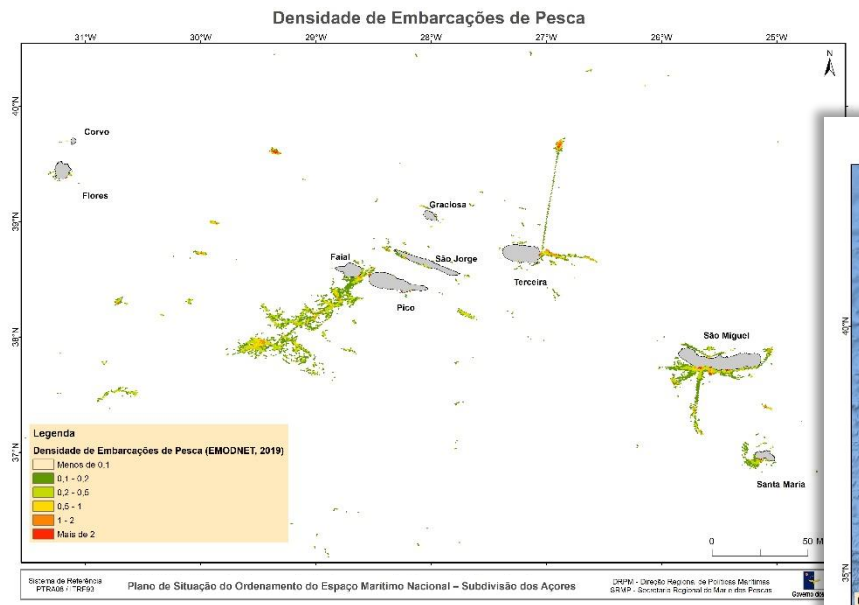
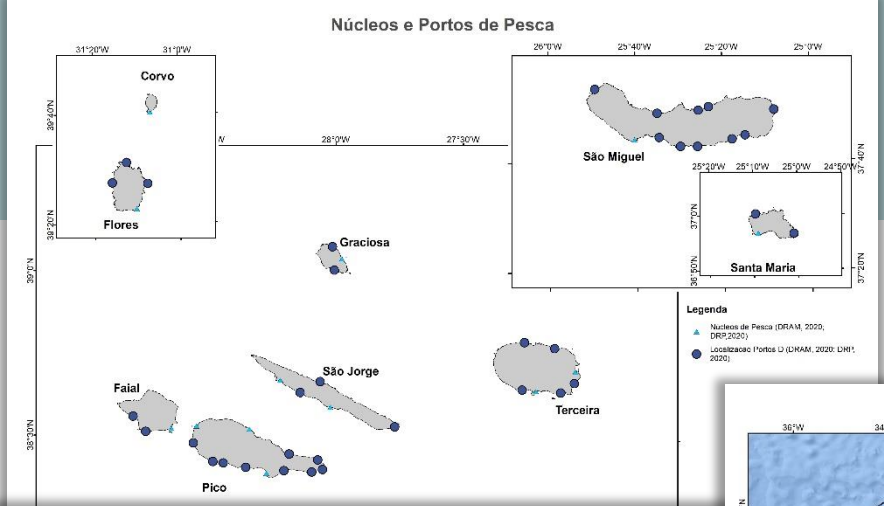
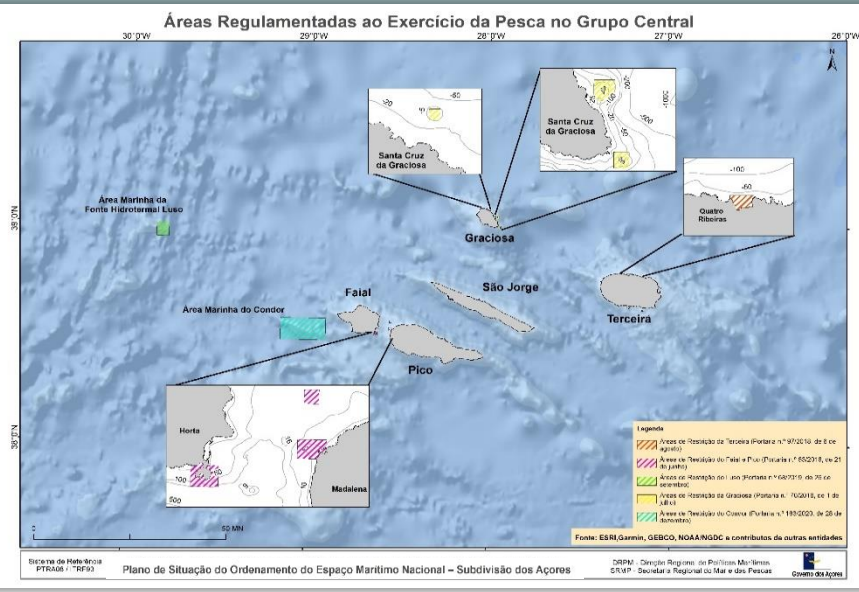
Especialização do setor



USO COMUM

PESCA COMERCIAL

Espacialização do setor



ESPACIALIZAÇÃO DOS USOS PRIVATIVOS

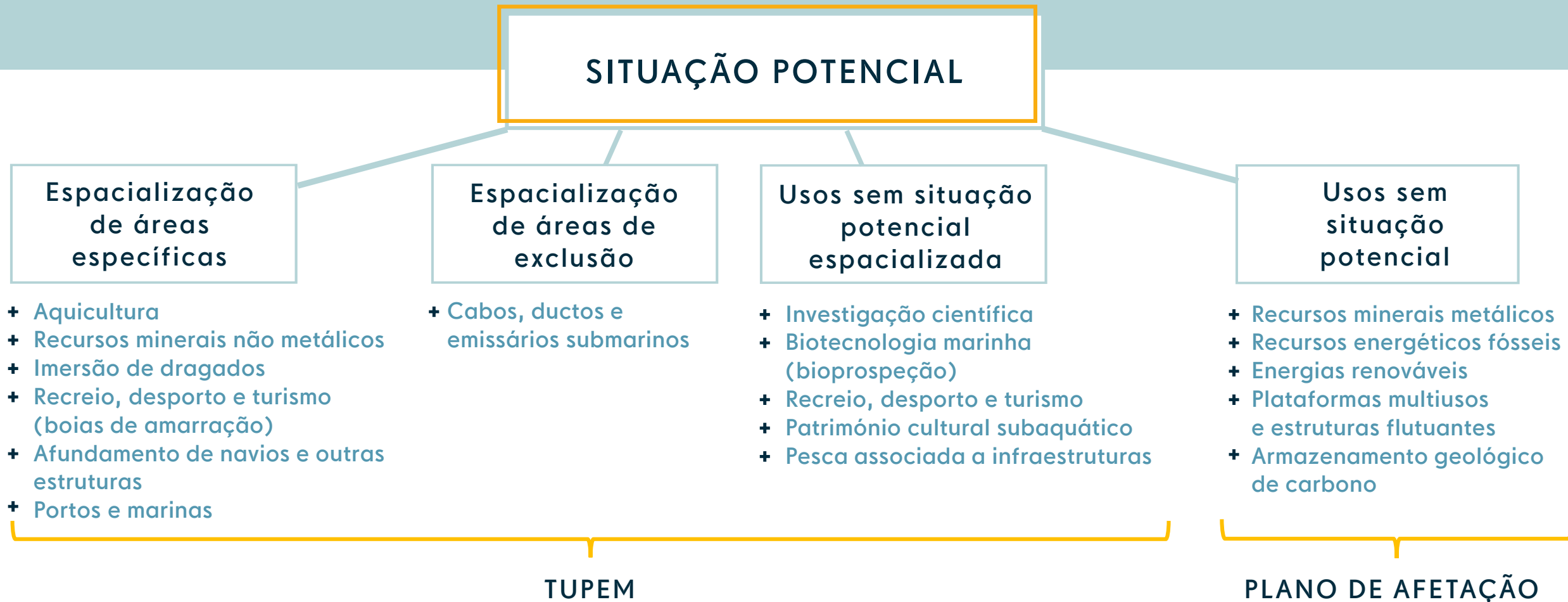
●
Espacialização da
situação existente e da
situação potencial

SITUAÇÃO EXISTENTE

Espacialização ao
abrigo do quadro legal
setorial vigente

Espacialização atendendo
aos locais onde
determinado uso/atividade
se exerce efetivamente

ESPACIALIZAÇÃO DOS USOS PRIVATIVOS



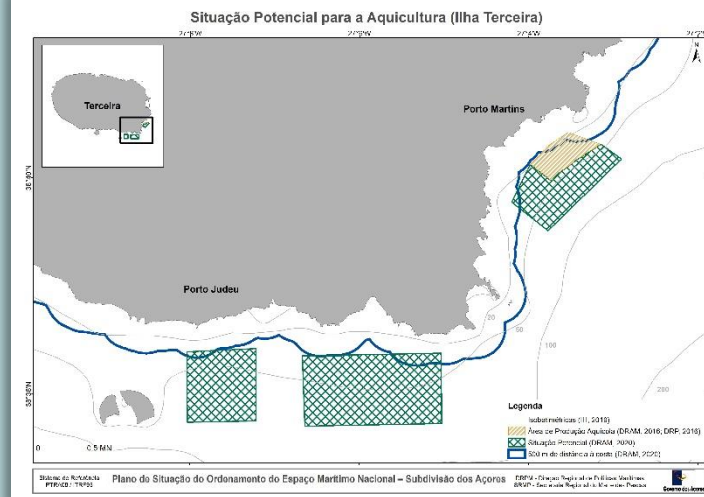
ESPACIALIZAÇÃO DOS USOS PRIVATIVOS



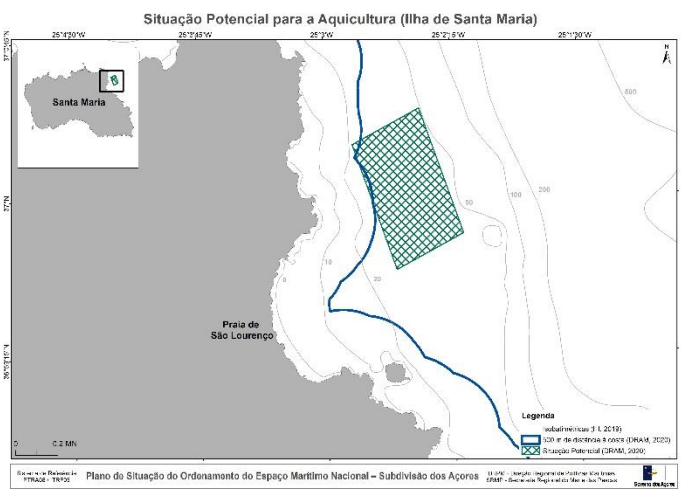
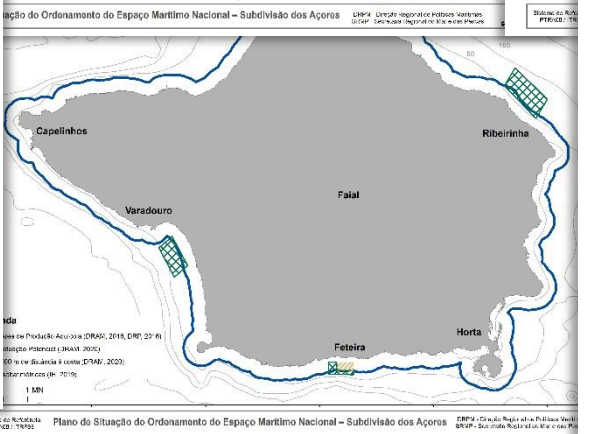
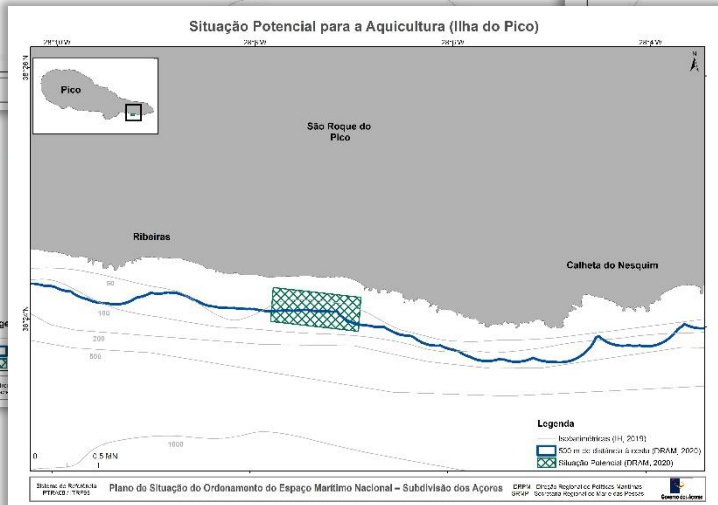
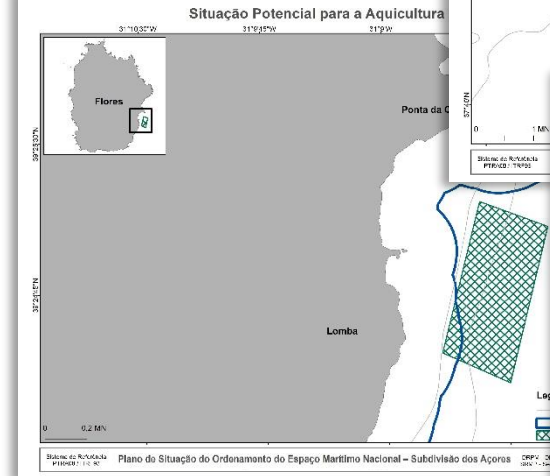
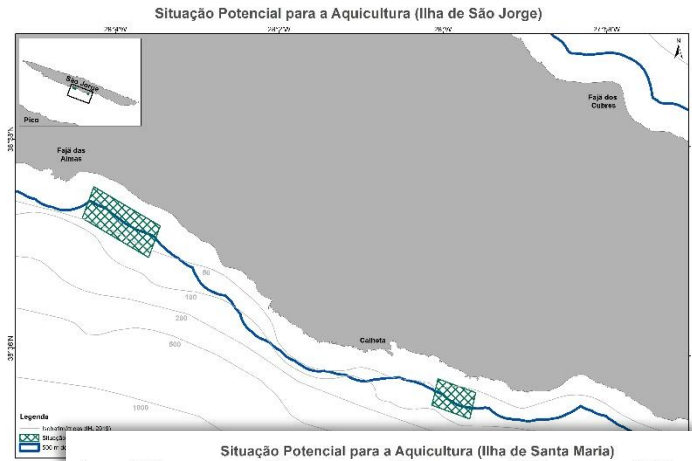
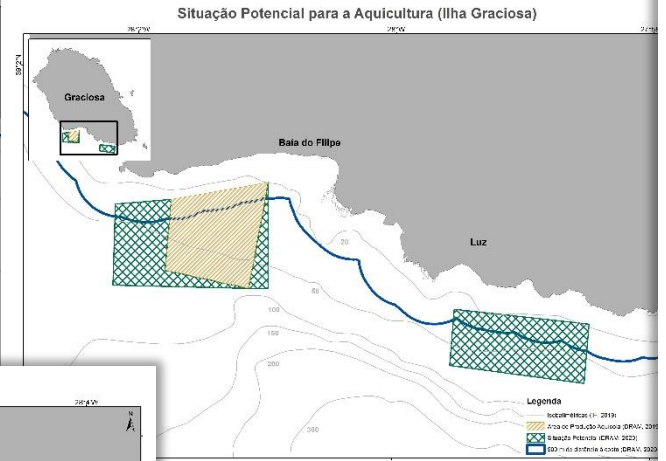
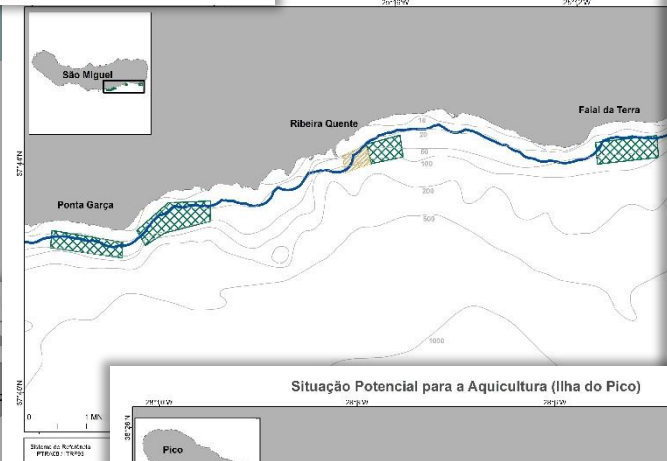
USO PRIVATIVO

FICHA 1A – AQUICULTURA E PESCA ASSOCIADA A INFRAESTRUTURAS

Espacialização da situação potencial



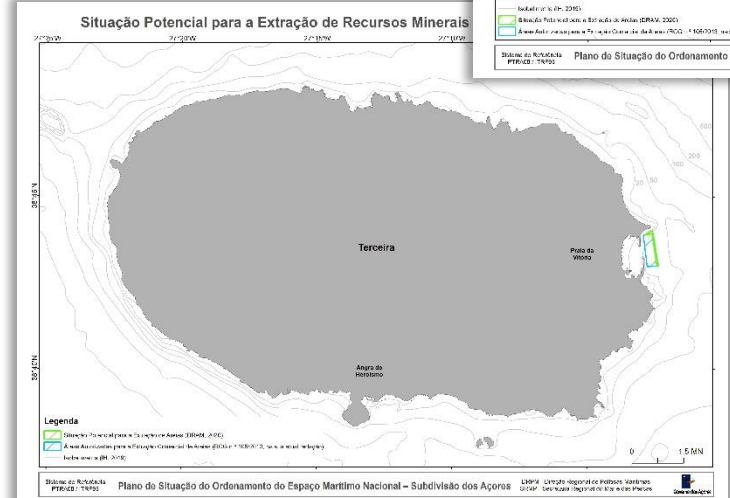
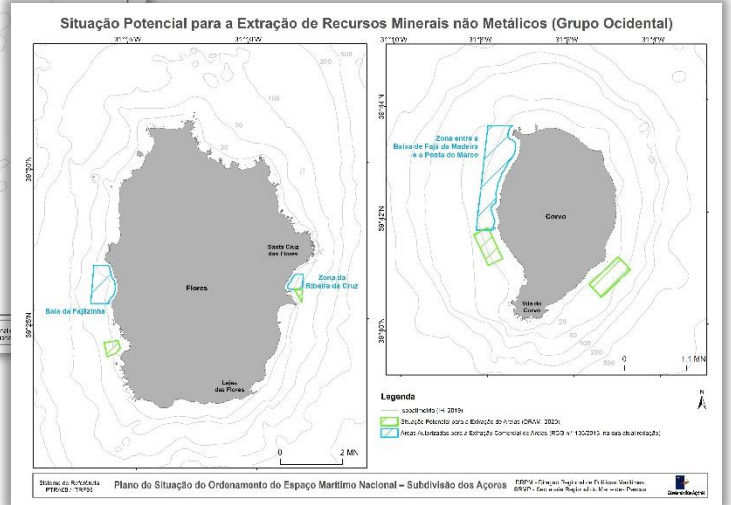
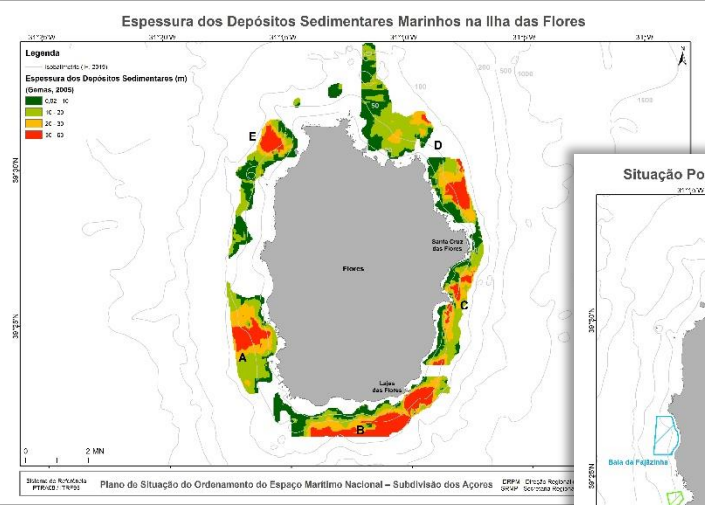
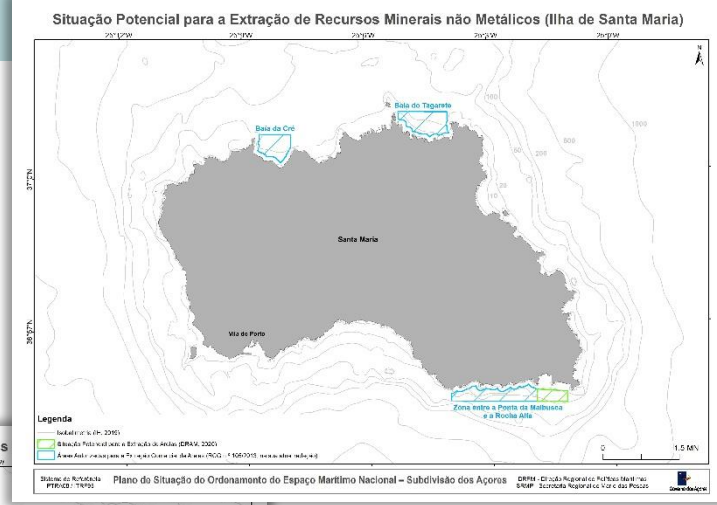
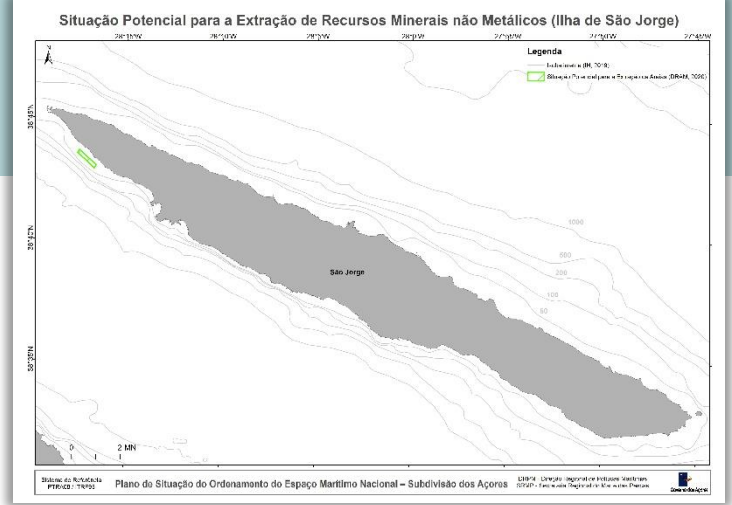
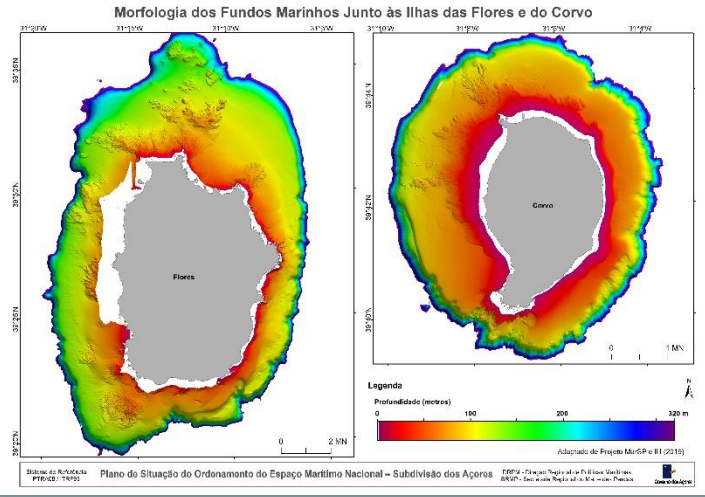
Situação Potencial para a Aquicultura (Ilha de São Miguel)



USO PRIVATIVO

FICHA 4A – RECURSOS MINERAIS NÃO METÁLICOS

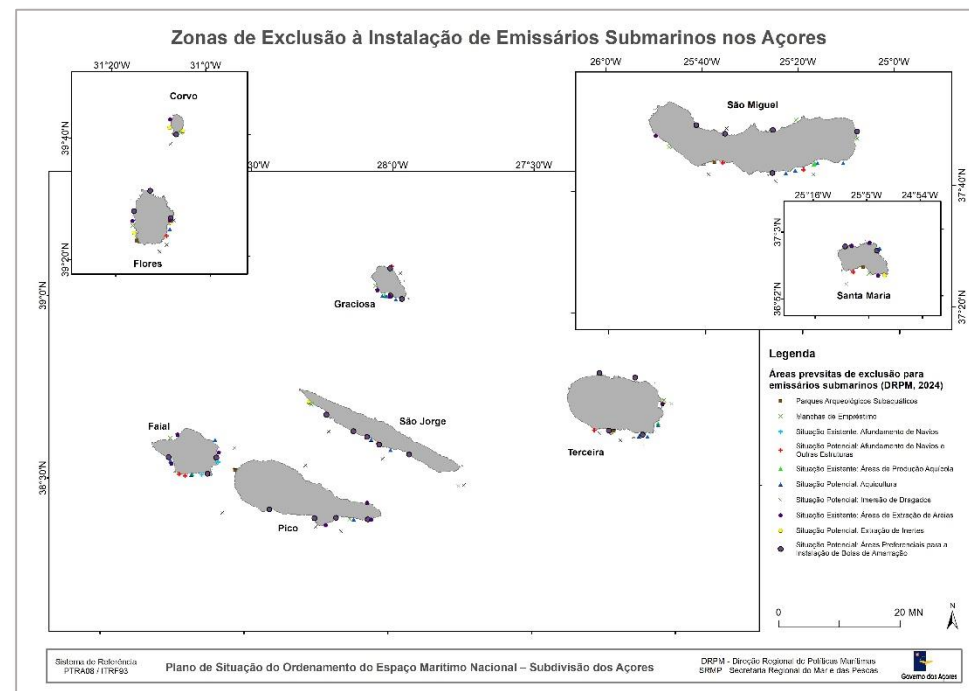
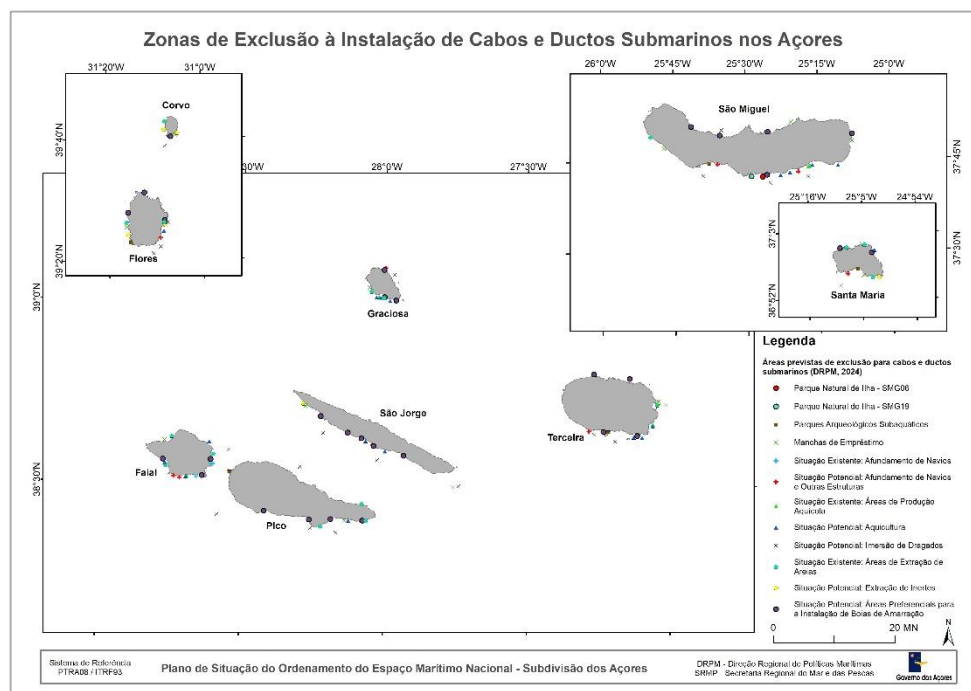
Espacialização da situação potencial



USO PRIVATIVO

FICHA 7A – CABOS, DUCTOS E EMISSÁRIOS SUBMARINOS

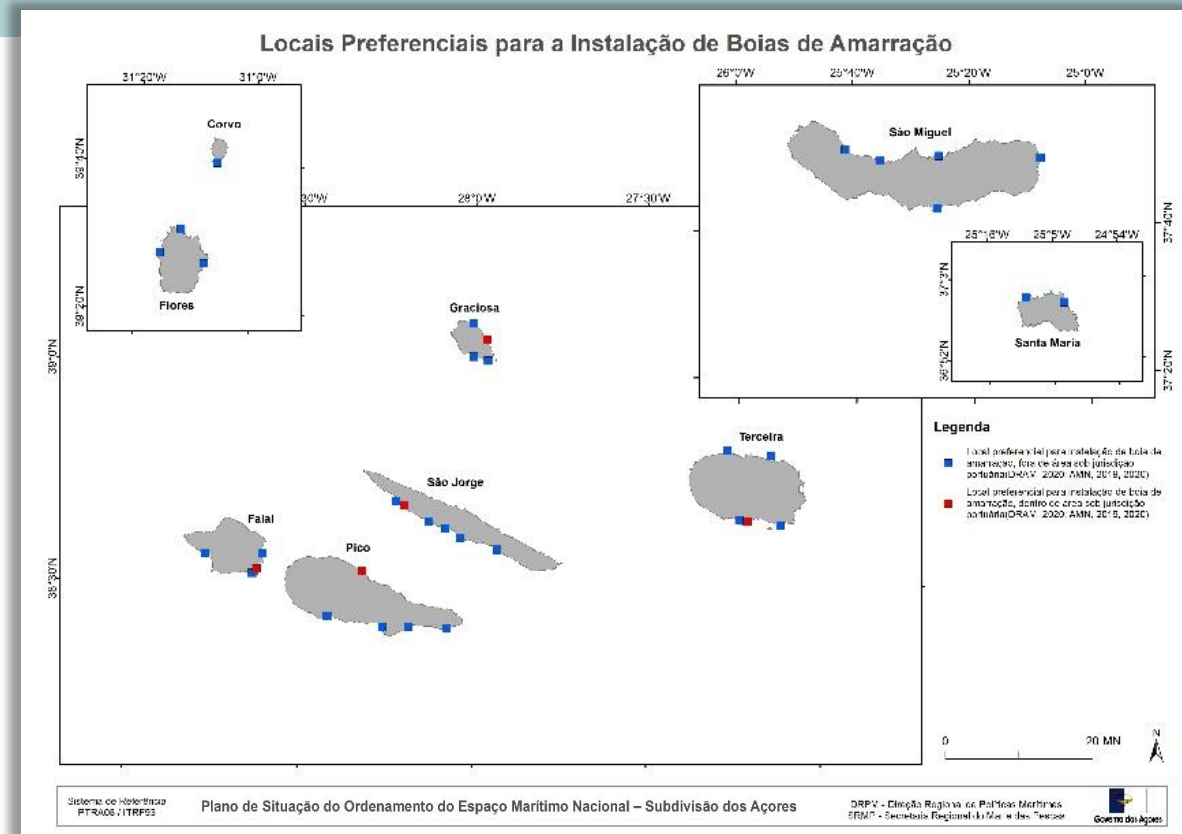
Espacialização da situação potencial



USO PRIVATIVO

FICHA 10A – RECREIO, DESPORTO E TURISMO

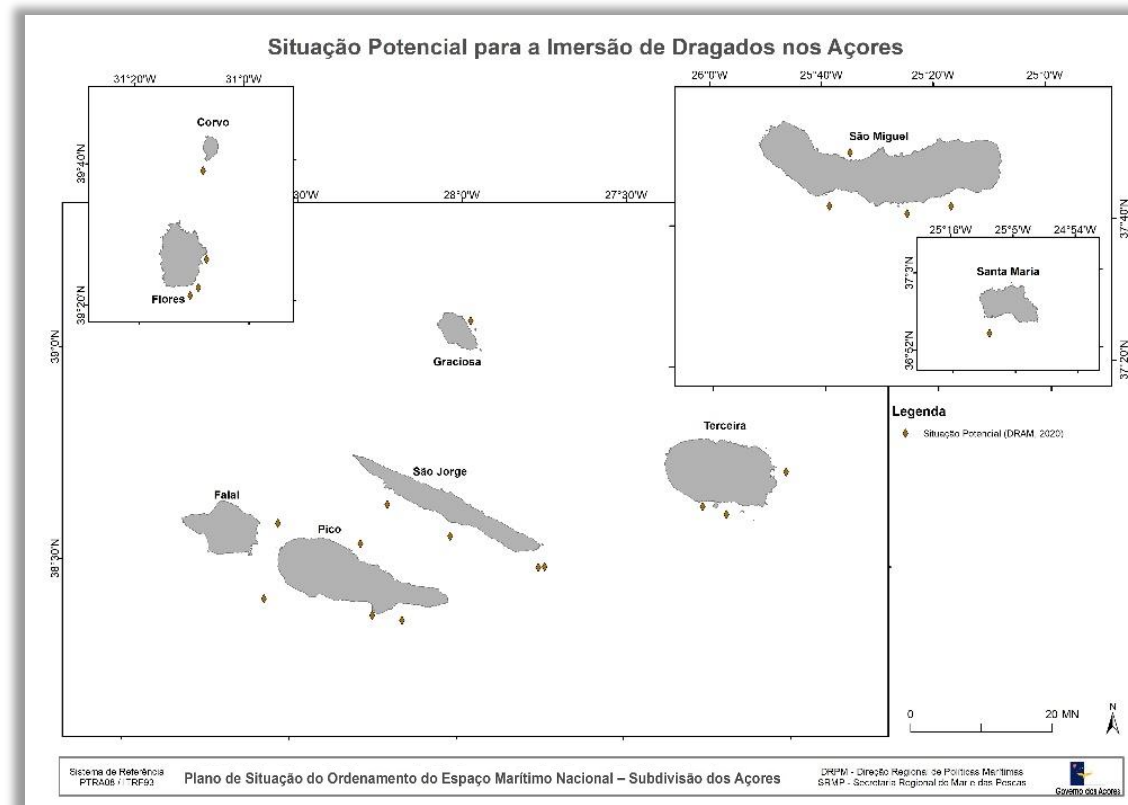
Espacialização da situação potencial



USO PRIVATIVO

FICHA 12A – IMERSÃO DE DRAGADOS

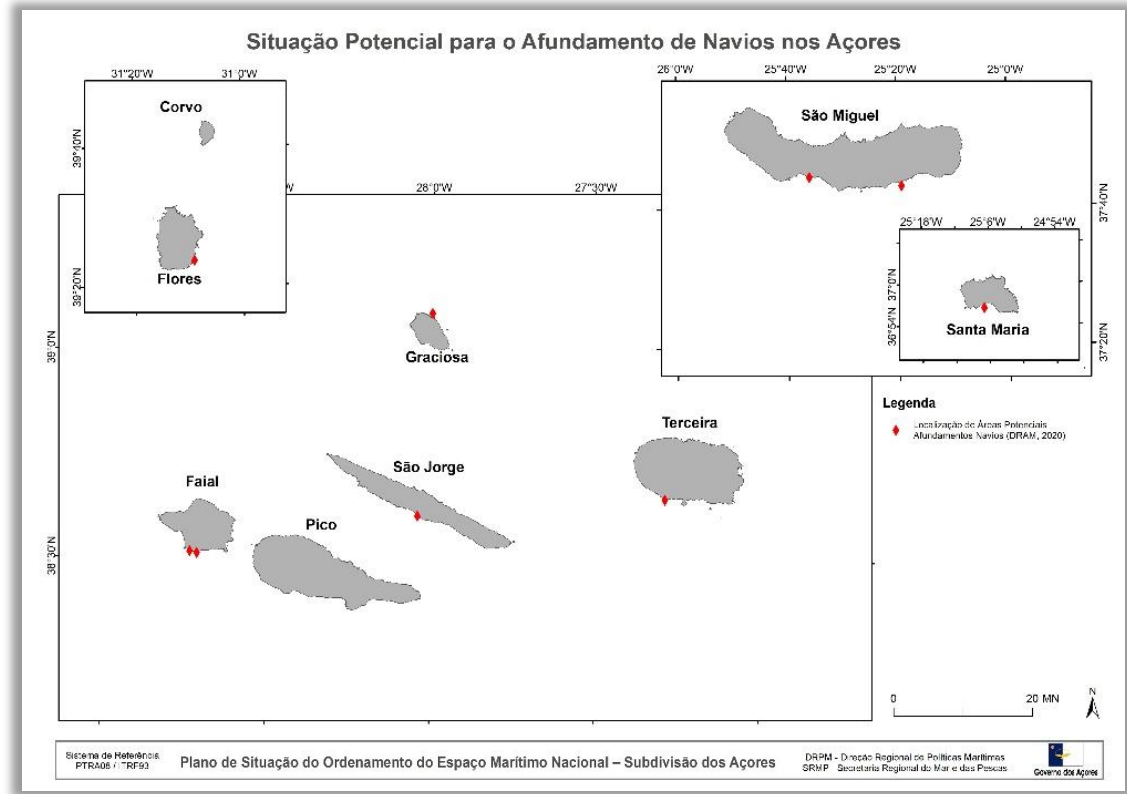
Espacialização da
situação potencial



USO PRIVATIVO

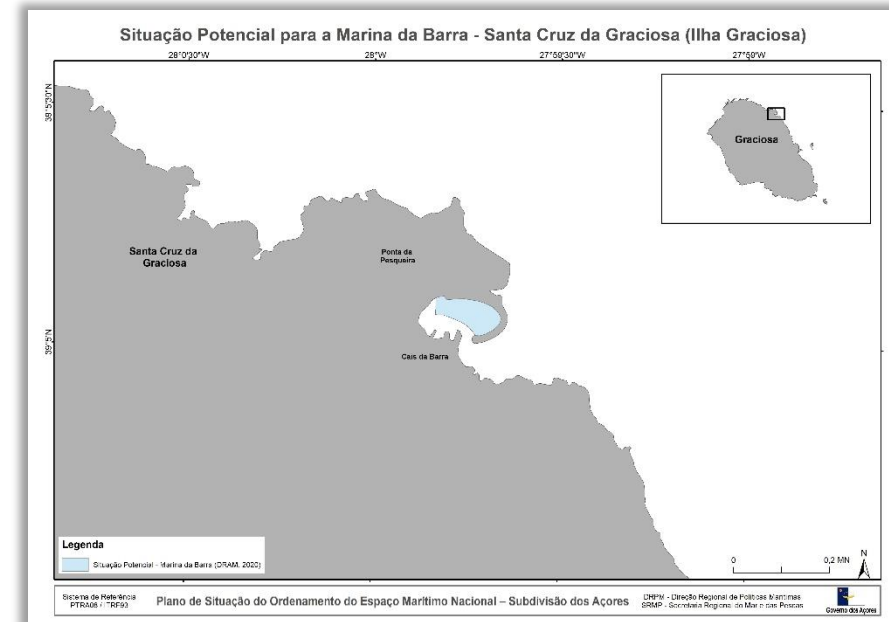
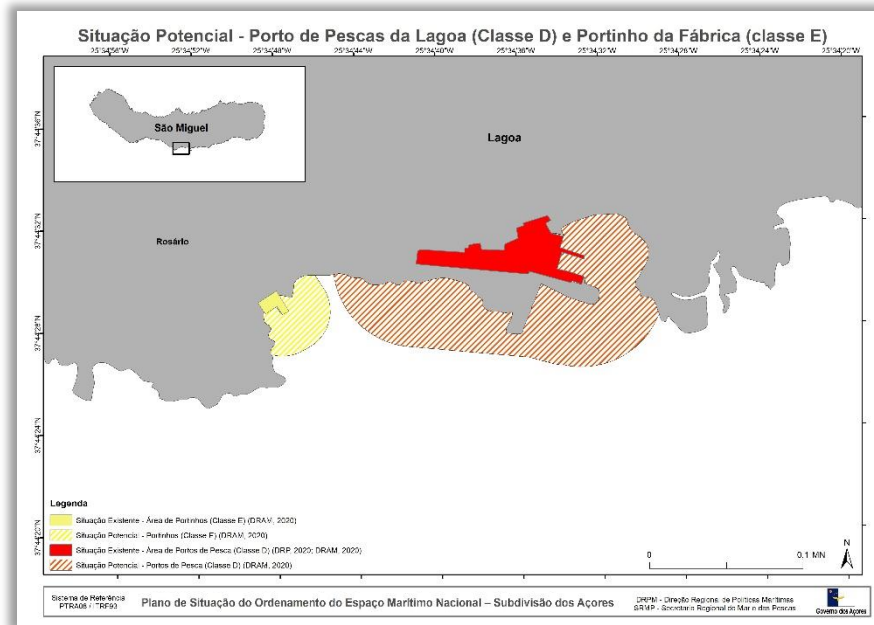
FICHA 13A – AFUNDAMENTO DE NAVIOS E OUTRAS ESTRUTURAS

Espacialização da situação potencial



USO PRIVATIVO # FICHA 15A – PORTOS E MARINAS FORA DE AJP

Espacialização da situação potencial



REVISÃO

- + **Evolução das condições** (económicas, sociais, culturais, ambientais) ou suspensão.
- + **5 anos** após a entrada em vigor, salvo alteração das condições ambientais ou normas comunitárias.

SUSPENSÃO

- + **Suspensão total ou parcial**, em situações excepcionais.

ALTERAÇÃO

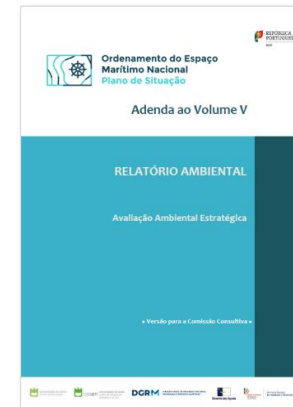
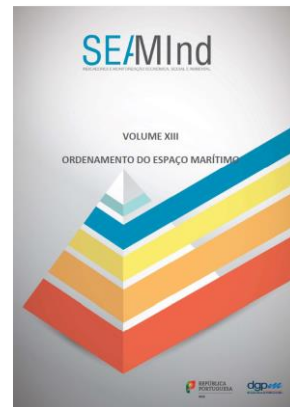
- + Automaticamente, via **Planos de Afetação** ou TUPEM.
- + **Alterações de condições** ambientais, de segurança ou de desenvolvimento socioeconómico.
- + Por entrada em vigor de leis ou regulamentos.

CORREÇÕES MATERIAIS

- + Erros ortográficos.
- + Lapsos na cartografia.
- + Divergências entre atos.

AVALIAÇÃO, MONITORIZAÇÃO & GOVERNANÇA

- ✓ Entidade competente pela **avaliação**: DGPM
- ✓ **Relatório** sobre o estado do OEM de 3 em 3 anos.
- ✓ Reporte à **Diretiva-Quadro Estratégia Marinha**.
- ✓ Monitorização da **Estratégia Nacional para o Mar (SeaMind)**.
- ✓ Diretrizes da **Avaliação Ambiental Estratégica** do Plano de Situação.
- ✓ Proposta de sistema de monitorização e avaliação do OEM do projeto **MSP-OR**.
- ✓ Quadro de governança inclui a **Comissão de Acompanhamento - Açores**.



NORMATIVO DO PLANO

O Plano de Situação não tem um regulamento específico associado.



Mas existem regras e normas de ocupação do espaço marítimo, com origem em:



- + Emissão de **TUPEM** para a ocupação de espaço marítimo;
- + Servidões administrativas/ restrições de utilidade pública e regimes de salvaguarda de recursos naturais e culturais;
- + Regimes de **licenciamento** próprio de usos/ atividades;
- + **Segurança** marítima.

Complementadas por boas práticas e diretrizes de compatibilização de usos.



info.drpm@azores.gov.pt
(+351) 292 240 623

Direção Regional de Políticas Marítimas
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Governo Regional dos Açores

Rua D. Pedro IV nº 29, 9900-111 HORTA

OBRIGADA